FGV DIREITO SP

MESTRADO PROFISSIONAL

Uso Prático da Sociedade em Conta de Participação no Direito Brasileiro

Guilherme Marin Martins

Projeto de Pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.

Versão de 31.01.2025

1. Tema, Contexto e Delimitação de Escopo:

O tema a ser abordado pelo presente trabalho será o "Uso Prático da Sociedade em Conta de Participação ("SCP") no Direito Brasileiro".

Tal análise se faz relevante tendo em vista as recentes mudanças legislativas, especialmente no que tange à esfera tributária, onde cada vez mais pessoas buscam utilizar de diferentes modelos societários e contratuais visando uma maior eficiência fiscal.

Ademais, a facilidade de ingresso e retirada dos sócios nesse tipo societário e o anonimato (quando se aborda a visão do sócio participante), considerando que a maioria dos contratos dessas sociedades não são levados à registro e, consequentemente, não se tornam públicos, faz da SCP um instituto cada vez mais procurado.

Como poderá ser observado no desenvolvimento do trabalho acadêmico, além das características apontadas acima, a SCP também pode ser utilizada como instrumento para viabilizar a aquisição de bens de valores vultuosos, onde as pessoas podem compartilhar custos, uso e facilmente transferir o seu percentual na sociedade detentora de tais direitos.

O mesmo pode ser observado no mercado hoteleiro, onde há muito tempo incorporadoras usam desse modelo para a venda de unidades imobiliárias destinadas à tal finalidade. A utilização da

SCP foi a forma encontrada pelo mercado para conseguir atender todos os *stakeholders*, a operadora hoteleira e os proprietários que desejam que a mesma faça a gestão de sua unidade e demais proprietários que querem dar outra destinação, seja para residência própria, locação, etc.

Também será relevante a análise das fragilidades desse instituto, bem como a comparação com outros modelos societários utilizados em outros países, por exemplo, as sociedades constituídas em Delaware, nos Estados Unidos da América.

Por fim, o presente trabalho terá cunho exploratório, visando analisar a prática operacional e contratual da SCP e a metodologia será descritiva dos conceitos, uso prático, a partir de estudo bibliográfico, legislativo e jurisprudencial.

2. Quesitos, Fontes de Pesquisa e Formas de Acesso:

2.1. Questão Central de Pesquisa:

A partir da questão central de pesquisa, "Análise dos diferentes usos da sociedade em conta de participação ("SCP") no contexto brasileiro", pode-se extrair os seguintes quesitos:

2.1.1. Contextualização Fática:

- Quais são as principais atividades em que a SCP é utilizada?
- O contrato de SCP é levado a registro?
- Como é feita a contabilidade e as obrigações acessórias de uma SCP?

2.1.2. Referencial Teórico Normativo:

- Qual a legislação brasileira aplicável ao instituto da SCP?
- Quais os riscos atrelados à SCP, aos seus sócios e aos demais stakeholders?
- Como os órgãos públicos e a jurisprudência brasileira têm analisado às disposições da SCP?
- Quais institutos utilizados em outros países que se assemelham à SCP?

2.1.3. Abordagem Analítica:

- Quais as vantagens e desvantagens de se constituir uma SCP?

- Quais são as principais cláusulas que o instrumento constitutivo da SCP deve refletir?
- A SCP é uma estrutura segura/recomendável para a blindagem patrimonial?

2.1.4. Recomendações Finais:

- Qual o melhor modelo a ser explorado, dependo da atividade a ser exercida?
- Como deve ser feita a contabilidade e as obrigações acessórias?
- Quais disposições de outras legislações podem ser importadas para a SCP?

2.1.5. Possíveis Produtos:

- Minuta padrão, dependendo da atividade a ser exercida pela SCP.
- Manual.

Os quesitos acima serão respondidos por meio da experiência profissional do aluno e de pesquisa: (i) bibliográfica doutrinária; (ii) da legislação aplicável; (iii) da jurisprudência; e (iv) dos manuais operacionais e técnicos, além de estudos produzidos sobre o tema.

3. Relevância Prática, Caráter Inovador e Potencial de Impacto:

O trabalho acadêmico em questão faz se relevante tendo vista o uso cada vez mais observado do instituto pelos operadores do Direito, além da análise pelas autoridades, sejam elas, registrarias, tributárias, etc. Por esse motivo, juízes e árbitros devem cada vez mais se deparar com casos envolvendo discussões sobre a SCP para sua análise e decisão.

Outrossim, após breve pesquisa, vislumbra-se material de estudo escasso sobre o tema, o que pode acabar gerando má interpretação do mesmo ou dúvidas quanto à sua utilização.

Tendo em vista a análise fática mencionada acima e o objetivo final do presente estudo, pode-se concluir pela sua relevância e resultados que podem ser gerados pelo mesmo, tais como publicações, manuais, etc.

4. Familiaridade com Objeto da Pesquisa:

Com mais de 15 anos de experiência em escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas, já atuei por mais de 4 anos na liderança de time cuja principal atividade era a elaboração de contratos hoteleiros.

Uma das modalidades contratuais para a exploração da atividade era da sociedade em conta de participação, especialmente para os flats, onde nem todas as unidades imobiliárias eram integradas ao *pool* hoteleiro, podendo seus proprietários dar outra destinação às mesmas.

Outro uso para tal modalidade societária, objeto de consulta em escritórios de advocacia e contabilidade, se dá para a aquisição de bens de valores vultuosos, como carros, embarcações e aeronaves, onde os proprietários dividem os custos e uso dos mesmos.

5. Bibliografia Preliminar:

SPINELLI, Luis Felipe; SCALZILLI, João Pedro; TELLECHEA, Rodrigo. *Sociedade em Conta de Participação*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Almedina, 2023.

RAMIRES, Rogério. *Sociedade em Conta de Participação no Direito Brasileiro*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Almedina, 2011.

DE ARAÚJO, Eliane Cristina; ROCHA JUNIOR, Arlindo Luiz. *Sociedade em Conta de Participação: Visão Societária, Contábil e Tributária*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022.

CALDERON, Daniel. *Sociedade em Conta de Participação nas Atividades Imobiliárias: Aspectos Empresariais, Tributários, Contábeis e Fiscais*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

Delaware General Corporation Law. Michigan: Editora Michigan Legal Publishing Ltd., 2020.

Delaware Corporations: Corporation Trust Company, Digest of the Delaware Law, Advantages of the Law for Business Corporations, Brief Summary of the Statutory

Requirements, Costs. 4ª Edição. Wilmington: Editora: Corporation Trust Company of America, 1917.

6. Cronograma de Execução:

	2025											2026									
Atividade	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**Horas**
Revisão Bibliográfica																					100
Revisão Documental																					50
Entrevistas																					20
Projeto Ajustado																					25
Versão Intermediária do Trabalho																					100
Versão Provisória do Trabalho																					100
Banca de Qualificação																					5
Visão Final do Trabalho																					50
Banca Final																					5
Correção da Versão Final do Trabalho																					25

7. Sugestões de Orientadores:

(i) Luís André Negrelli de Moura;

(ii) Wanderley Fernandes; e

(iii) Rodrigo Fialho Borges.